

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.343 - SP (2019/0297502-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : M A DE S
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : M A DE S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por M A DE S no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Narra o paciente, em petição de próprio punho, que cumpre pena pelo crime previsto no art. 214 do Código Penal (com redação anterior à vigência da Lei n. 12.015/2009) em regime semiaberto.

Neste *writ*, visa afastar a natureza hedionda do delito.

É, em síntese, o relatório.

Verifica-se que a petição inicial veio desacompanhada das peças processuais necessárias à compreensão da controvérsia. Assim, em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da execução penal e ao Tribunal de origem, reclamando o envio de eventuais decisões e outras peças dos autos pertinentes à solução da controvérsia.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Prestadas as informações, intime-se a Defensoria Pública do Estado de origem, para que requeira o que entender cabível em favor do paciente, em razão da

Superior Tribunal de Justiça

ausência de defesa técnica.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

